DOSSIÊ
Estados Unidos:
História e Historiografia

A quem pertence o passado norte-americano? A controvérsia sobre os *National History Standards* nos Estados Unidos (1994-1996)

Arthur Lima de Ávila*

The idea of 'apolitical' history is not only misconceived, but also a 'covering up' in a literal sense – and thus ideological"
(LORENZ, 2014, p. 60-61)

Resumo: O presente artigo trata da controvérsia pública sobre os *National History Standards*, um conjunto de propostas que visavam a auxiliar na reforma do Ensino Básico nos Estados Unidos, entre 1994 e 1996. No texto, enfatizam-se as respostas dos setores conservadores às diretrizes propostas, especialmente sua rejeição àquilo que consideravam um "sequestro da história" pelas hostes "multiculturais", "politicamente corretas" e "antiocidentais". Com isso, argumenta-se que tais setores buscavam a construção de um passado estável e sem conflitos justamente como contraponto a um presente que se apresentava cada vez mais instável e conflituoso, assegurando, assim, uma ideia bastante limitada sobre quem eram os personagens da história norte-americana e o que ela deveria significar.
Palavras-chave: Estados Unidos. Guerras culturais. *National History Standards.*

* Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: arthurlavila@gmail.com.

Introdução

Na manhã de vinte de outubro de 1994, o norte-americano que estivesse lendo sua cópia do *The Wall Street Journal*, deparar-se-ia, entre goles de café e garfadas de cereal, com um editorial declarando que a história havia chegado ao fim. Não se tratava, contudo, de algum manifesto pós-hegeliano inspirado em Francis Fukuyama ou da supressão da disciplina dos cursos escolares e universitários dos Estados Unidos. Tratava-se, isso sim, do lançamento dos *National History Standards* (NHS), uma proposta de reforma curricular para o ensino de história nos Estados Unidos, elaborada por uma série de instituições, sob a liderança de alguns professores da Universidade da Califórnia, Los Angeles. De acordo com Lynne Cheney (1994, p. 222), a autora de tal peça de opinião, o passado nacional havia sido sequestrado por uma cadre de "professores radicais" que, em toda sua correção política, estavam "acabando" com a venerável história de homens como George Washington e Thomas Jefferson, impondo leituras antipatrióticas sobre o país. As consequências de tais interpretações eram, para Cheney, arriscadas demais, já que poderiam inculcar nas crianças e nos adolescentes dos Estados Unidos um verdadeiro sentimento de rejeição à pátria e aos fundamentos mesmos de sua identidade nacional (CHENEY, 1994, p. 222).

Ao editorial de Cheney, seguiu-se uma torrente midiática sobre as diretrizes, com ataques inflamados vindos especialmente dos setores politicamente conservadores do país. Na conjuntura inflamada das *culture wars*, a controvérsia acerca dos NHS acabou se tornando mais uma batalha nas intensas guerras de história do período, extremamente reveladora sobre o lugar atribuído ao passado por diversos segmentos da sociedade estadunidense. Nesse sentido, pode-se falar de uma nova relação com o passado, a ser inferida não só deste episódio, mas de diversos outros[1], no contexto dos anos 1990 nos Estados Unidos: diante de um presente que, aos olhos dos "tradicionalistas", como os chamou James Hunter (1992), parecia instável, caótico e incerto, em que a ideia de nação e o seu futuro se tornavam altamente problemáticos, o recurso a um passado nacional estável, ordenado e seguro era justamente uma reação àquele tempo presente e à dificuldade de elaboração de futuro para o país.

Paradoxalmente, como colocou Tom Engelhardt (1995), o fim da Guerra Fria e a transformação dos Estados Unidos na única superpotência do globo causaram uma "crise de imaginação", na medida em que o *ethos* alimentado por um sentido de missão foi perdendo seu propósito e, consequentemente, erodindo o horizonte de expectativas da nação. Parafraseando John Torpey (s.d apud LORENZ, 2010), quando o futuro fechou-se, o passado entrou em cena – e este parece ser justamente um dos âmbitos das guerras de história daqueles anos na terra da bandeira estrelada.

Sob este ângulo, o presente artigo busca analisar a controvérsia midiática sobre os NHS, atentando principalmente para as críticas elaboradas pelos conservadores às diretrizes. Nesse sentido, a principal hipótese do texto é a de que a polêmica em torno da reforma proposta era menos historiográfica do que política, isto é, para os opositores dos *standards*, de pouco valiam os argumentos propriamente historiográficos esgrimidos por seus autores; o que parecia importar era justamente aquilo que os guias ameaçavam desestabilizar, ainda que minimamente: um passado nacional tomado como estável, ordenado e seguro, bem como os seus significados para o presente, com todos apagamentos e silenciamentos envolvidos neste processo.

O consenso elusivo: a elaboração dos *National History Standards*

Como colocou Linda Symcox (2002, p. 40-68), durante a década de 1980, o tema da educação adquiriu uma onipresença no discurso político norte-americano, principalmente após a publicação do famoso relatório *A Nation at Risk*, elaborado pela Secretaria de Educação do país. Como o próprio nome deixa claro, as conclusões deste documento eram desoladoras: uma "maré ascendente de mediocridade" estava solapando o país, equivalente, nas duras palavras do relatório, a um "desarmamento educacional" que, no seu âmago, ameaçava o futuro da América. Em que pesem as problemáticas evidências que corroboravam as inferências de *A Nation at Risk*, ele acabou tendo uma influência enorme, inspirando diversos outros estudos similares no período (SYMCOX, 2002, p. 42-44).

No âmbito das Humanidades, o sentimento de uma suposta "crise" tomou um corpo ainda maior. Uma série de intelectuais, educadores e políticos conservadores, nas hábeis palavras de Symcox (2002, p. 52), acabou não só "diagnosticando" uma "doença na alma norte-americana", como a estimularam com uma série de livros e documentos que faziam terra arrasada da situação das *humanities* nos Estados Unidos. Segundo estes autores, a educação liberal, o coração das Humanidades, havia sido destruída por uma geração de professores multiculturalistas e radicais que, em suas ilações contra a América e o Ocidente, haviam solapado os pilares da identidade nacional estadunidense com seus "particularismos étnicos" e "vitimizações" (BLOOM, 1987; D'SOUZA, 1991; BENNETT, 1992). Apoiados pelos governos direitistas de Ronald Reagan e George H. Bush, estes "reformadores conservadores", como os chamou Symcox (2002, p. 56), propunham um assalto às Humanidades, que nada mais era do que "[...] a thinly veiled attempt to reconstitute traditional American culture in a society that have lost its bearings through excesses of what they termed 'political correctness'" (SYMCOX, 2002, p. 56).[2]

Uma das maneiras, portanto, de "recuperar a alma" da nação era justamente o ensino de história. Isso foi amplamente defendido, por exemplo, numa série de documentos publicados na segunda metade da década de 1980, como *The History – Social Science Framework*, elaborado pelo governo da Califórnia, em 1987, e *Building a History Curriculum*, de 1988, produzido pela *Education Excellence Network*, importante *think tank* privado dedicado a assuntos educacionais. A mensagem destes dois relatórios era simples, mas poderosa: um "melhor" ensino de história estimularia o civismo e reforçaria os laços com a nação, evitando aquela fragmentação estimulada pelo "multiculturalismo" supostamente reinante nas universidades do país. Não é de se espantar, por conseguinte, que tais documentos defendessem uma visão de história centrada nos principais fatos, datas e nomes da história norte-americana, enquadrados em uma narrativa que enfatizava seu pretenso excepcionalismo diante dos outros países do globo (SYMCOX, 2002; NASH et alli, 1997).

Foi com este espírito que Lynne Cheney, presidente da NEH durante os governos Reagan e Bush, organizou uma comissão com o intuito de elaborar algumas diretrizes nacionais para o ensino de

história. Em 1988, com um financiamento de 1,5 milhão de dólares, foi montado o *National Center for History in the Schools* (NCHS), na Universidade da Califórnia, Los Angeles. Estruturado como um empreendimento cooperativo entre historiadores profissionais e professores do Ensino Básico, o centro teve como sua primeira diretora Charlotte Crabtree, importante pedagoga e professora da UCLA, mais tarde sucedida por Gary Nash, respeitado docente da mesma universidade e especialista na história colonial dos Estados Unidos.

Concomitantemente à formação do centro, o governo de George Bush estabeleceu uma série de metas para a educação nacional, com amplo destaque à história. Se os alunos possuíam um parco conhecimento histórico, isto invariavelmente refletiria-se em suas identidades como norte-americanos e em seu amor ao país. Para evitar este horizonte tão desolador, e com apoio da oposição democrata e o aval do Congresso, o NEH autorizou um financiamento adicional de 1,6 milhão de dólares ao NCHS para que o centro elaborasse uma série de diretrizes sobre o que constituía um ensino e um aprendizado de excelência em história nacional e mundial nas escolas do país. Sua aceitação pelas escolas era, contudo, voluntária. Com um guia a unificar todos os currículos do país, os promotores do projeto esperavam, assim, reverter o desolador quadro do ensino de história nos Estados Unidos. Estava dado o ponta-pé inicial para a criação dos NHS (NASH et alli, 1997, p. 155-156).

A equipe responsável pela elaboração destas diretrizes estava organizada em uma estrutura piramidal: no topo, estava o Conselho Nacional, composto por trinta e dois integrantes, incluindo Cheney, Crabtree e Nash, que tinha por responsabilidade a direção do projeto; logo abaixo, estavam nove Grupos Focais, que representavam as diversas associações interessadas no ensino de história, como a *American Historical Association* (AHA) e a *Organization of American Historians* (OAH), cuja atribuição era a revisão dos materiais elaborados pelo Conselho, assim como a elaboração de sugestões; na base, estava o Fórum Nacional, associação de representantes de vinte e quatro organizações diferentes, que também fiscalizavam aquilo que era produzido pelo Conselho. Para a redação final dos currículos, foram constituídas três forças-tarefa, compostas por cinquenta professores universitários, docentes do Ensino Básico

e pedagogos escolhidos pelos nove Grupos Focais (NASH et alli, 1997, p. 159-160).

O âmbito político deste processo já fica claro na própria elaboração do Conselho: Nash, Crabtree e Cheney possuíam poder de veto sobre os nomes escolhidos para integrarem-no e, com isso, garantiam não só a não nomeação de conservadores extremados, mas, principalmente, de historiadores e professores mais progressistas, assegurando, assim, um consenso político mínimo e afastando interpretações mais radicais de seus horizontes (SYMCOX, 2002, p. 98). Com este espírito supostamente consensual, os NHS buscavam incorporar ao Ensino Básico alguns dos desdobramentos historiográficos mais recentes nos Estados Unidos, como a Nova História Social e a História Cultural. O interesse aqui era tanto pedagógico quanto político: no primeiro caso, as diretrizes tinham por interesse ir além daquele compêndio de nomes, datas e fatos, que, segundo Nash et alli (1997, p. 25) e Symcox (2002, p. 25-28), ainda compunha o cerne do ensino de história nas escolas do país e, com isso, complexificar a relação dos alunos com o passado. Isto era, por conseguinte, um movimento político, na medida em que à incorporação de objetos e sujeitos até então ocultos poderia fomentar, nas hábeis palavras de Rich Gibson (1998), um "nacionalismo liberal"[3] que reconhecia os próprios limites da história e da ideia de nação nos Estados Unidos para *reforçá-la*, a partir da incorporação das histórias de novos sujeitos e objetos em uma perspectiva *aditiva* da história nacional, sem, contudo, criticar mais amplamente o próprio sistema socioeconômico do país.

Durante a elaboração dos guias, alguns tópicos mostraram-se bastante divisivos, como o tão falado "multiculturalismo" ou, como colocou Nash (1997, p. 160): *"[...] the question of how and to what extent the standards should include the historical experiences of racial, ethnic and religious minorities, as well as women and the working classes"*.[4] De um lado, estavam aqueles que, como o educador conservador Chester Finn, acreditavam que uma perspectiva multicultural, ou o que ele chamou de um "agrado a facções políticas", somente iria fomentar a balcanização da sociedade norte-americana ou, na melhor das hipóteses, afastar o "público comum" da história dos Estados Unidos. De outro, aqueles que, como o próprio Nash e James Gardner,

representante da AHA, defendiam um currículo "inclusivo" que mencionasse as contribuições de todos os grupos sociais e étnicos do país à história norte-americana, assim como suas lutas por justiça social e igualdade (NASH et alli, 1997, p. 163). Com maior peso no Conselho Nacional, os segundos foram vitoriosos – como refletido, aliás, no Critério 7 para a elaboração dos *standards*:

> The history of any society can only be understood by studying all of its constituent parts. As a nation, the United States has always been both one and many. Therefore the standards for United States history should reflect the nation's diversity, exemplified by race, ethnicity, social status, gender and religious affiliation" (apud NASH et alli, 1997, p. 163)[5]

Um segundo ponto de discordância entre os elaboradores dos NHS foi a questão do peso do "Ocidente" nas diretrizes sobre *world history,* ou seja, como abordar a própria história dos Estados Unidos a partir de uma perspectiva global. Para boa parte dos historiadores profissionais, incluindo Nash e a presidência da AHA, a antiga narrativa sobre a "civilização ocidental" e seu desenvolvimento deveria ser deixada de lado em prol de outra, menos etnocêntrica e realmente (ou, ao menos, pretensamente) mundial em seu escopo. De acordo com Nash (et alli, 1997, p. 164-165), o velho currículo não só apartava o Ocidente de processos planetários mais amplos como alimentava uma visão que enfatizava a superioridade dos ocidentais diante do "resto", a maioria, do planeta. Sua reforma era importante, justamente para acabar com esta visão "provincial" da história estadunidense.

No entanto, como era de se esperar, os conservadores reagiram ao que, para eles, era um ataque às tradições "humanistas" e "democráticas" do Ocidente. Segundo estes críticos, os "ideais" europeus, mesmo que adaptados às condições dos Estados Unidos, eram a "cola" que mantinha unida aquela "nação pluralística" (NASH et alli, 1997, p. 165). A direção da *American Federation of Teachers* (AFT), o conservador sindicato nacional dos professores, fazia eco a esta posição, defendendo que o estudo da "história do Ocidente" deveria privilegiar o "conjunto de democracias" que havia derrotado os totalitarismos fascista e comunista e, com isso, garantido a vitória dos ideais democráticos no

globo. Paul Gagnon, historiador vinculado à direção da AFT, rejeitava a abordagem integradora defendida pela maioria dos seus colegas, afirmando que as civilizações possuíam essências fundamentais e que esta integração, ainda que somente narrativa, destruía a integridade de cada uma delas (SYMCOX, 2002, p. 123). Mas, mais do que isso, para esses críticos, esta reforma levava a um "relativismo cultural" e a uma exagerada "vitimização" dos "outros" (os não ocidentais) que, em última instância, ameaçava a democracia norte-americana. Nas palavras de Chester Finn (apud NASH et alli, 1997, p. 169), um dos educadores mais críticos a esta abordagem "multicultural":

> This relativism denies students the moral and intellectual basis on which to evaluate ideas and threatens to erode support for our democratic system of government. [...]. An honest, open, sensible focus on democracy would restore the study of history the very foundation and direction that this fashionable relativism threatens to destroy.[6]

Na tentativa de conter estas críticas, e buscar um mínimo de consenso entre os integrantes do projeto, o Conselho elaborou dois pontos, os Critérios nove e treze, em que afirmavam que a história e os valores do Ocidente deveriam ser ensinados juntamente com a história e os valores das sociedades não ocidentais, com uma maior ênfase na primeira. Em outras palavras, ambos os parâmetros continuavam centrando a narrativa da *world history* na civilização ocidental e suas relações com os outros povos do globo, sem necessariamente colocar em risco esta centralidade. Por isso, do outro lado da contenda, a direção da AHA argumentava que, ainda que melhor do que a visão assumidamente etnocêntrica defendida pela "direita humanista" e a AFT, tal abordagem ainda era problemática. A divisão de ensino da AHA, por exemplo, colocou-se radicalmente contra tais critérios, chegando, inclusive, a ameaçar os organizadores com sua retirada do processo, caso eles fossem mantidos. Somente com a intervenção de Gary Nash, que, corretamente, afirmou que a opinião da maior e mais antiga associação de historiadores dos Estados Unidos não deveria ser desconsiderada, e com o apoio da OAH, outra importante organização profissional, os Critérios nove e treze foram revisados.

Em suas novas versões, eles consideravam o Ocidente como uma civilização dentre diversas outras, ainda que, para os fins das escolas estadunidenses, ele mantivesse sua centralidade no ensino de história. Isso, contudo, fora uma vitória pírrica, como colocou Peter Hoffer (2004, p. 107), na medida em que este alegado "ataque" ao Ocidente seria um dos temas mais recorrentes na controvérsia pública que se seguiu e um dos elementos que mais contribuiria para a desmoralização dos NHS os olhos da audiência norte-americana.[7]

A despeito do consenso final em torno dos guias, algumas vozes dissidentes, vindas do campo conservador, continuavam se manifestando e alertando para o perigo vindouro. Em maio de 1994, nos estertores do projeto, Chester Finn, por exemplo, enviou um memorando ao Conselho, em que avisava seus integrantes que, da maneira como estavam, os NHS não teriam muito apoio no mundo extra-acadêmico:

> I believe the project may have given too short shrift to the need of these Standards also to be accepted by legislators, school board members, business leaders, moms and dads, voters and tax-payers, mayors, newspaper editors and talk show hosts. [...]. How will they go down with the Chamber of Commerce? With the American Legion? By columnists and commentators across the spectrum? (FINN apud SYMCOX, 2002, p. 121).[8]

Albert Shanker (apud SYMCOX, 2002, p. 124-125), o conservador presidente da AFT, ecoou críticas similares em agosto de 1994:

> There is a whole range of normative, Marxist, negative vocabulary that seems to be used almost solely in the context of western societies. The word "ethnocentrism" is first used with regard to the Greeks; the first mention of "bias" in history has to do with Herodotus; "subordination of women" first enters the picture in the context of medieval Europe; the conditions endured by slaves is not raised until the conditions of the Middle Passage are noted; "exploitation" first arises with regard to European treatment of Indians.[9]

Apesar destas posições discordantes, o trabalho de elaboração dos NHS foi considerado encerrado em outubro de 1994, com o envio dos originais para a gráfica. A partir daí, esperavam seus organizadores, os guias seriam distribuídos para todas aquelas escolas e demais instituições interessadas em aplicá-los. Antes que pudessem chegar nelas, contudo, começaria a tempestade, graças a uma das mentoras do projeto.

A "história sequestrada": o conflito público sobre os NHS

Em vinte de outubro de 1994, num movimento inesperado pelos organizadores dos NHS, Lynne Cheney publicou um virulento editorial no *The Wall Street Journal* em que investia contra as diretrizes. Para Cheney (1994, p. A26), os autores dos *Standards* salvavam sua "desqualificada" admiração a povos, culturas e eventos que eram "politicamente corretos", enquanto pintavam o passado dos Estados Unidos em cores extremamente obscuras. Segundo ela, no que tangia à história nacional, os NHS atacavam alguns dos principais homens de negócios estadunidenses e, com isso, demonizavam o capitalismo; reservavam algumas páginas a Joseph McCarthy e à Ku Klux Klan, mas negligenciavam grandes líderes como Robert E. Lee e George Washington; lamentavam o massacre de indígenas e a escravidão, sem comentar, contudo, algumas das práticas similares entre ameríndios e africanos; e, finalmente, ignoravam completamente os inventores e "gênios" nacionais em prol de nomes desconhecidos pertencentes a "minorias" étnicas. Tendo em vista tudo isso, Cheney (1994, p. A26) afirmava estar "arrependida" de ter obtido 1,5 milhão de dólares para financiar um documento que, em seu fim, mostrava-se profundamente antiamericano.

Para Cheney (1994, p. A26), as diretrizes para a história do mundo eram ainda piores: a AHA, de acordo com uma fonte anônima citada por ela, havia "sequestrado" os guias e imposto sua visão antiocidental. Com isso, não era dada nenhuma ênfase à civilização ocidental nos NHS – o que, evidentemente, era mais uma prova da correção política dos autores do projeto. Essa "correção

política" havia sido liberada, segundo ela, pela eleição de Bill Clinton à Presidência em 1992 e seu apoio a todas as formas de *political correctness* nos Estados Unidos. Amparada na sua fonte anônima, Cheney completava:

> Those who were "pursuing the revisionist agenda" no longer bothered to conceal their "great hatred for traditional history." Various political groups, such as African-America organizations and Native American groups, also complained about what they saw as omissions and distortions. As a result, says the council member, "nobody dared to cut the inclusive part," and what got left out was traditional history.[10]

Dessa maneira, o tipo de "história politizada", com a qual o *establishment* acadêmico, de acordo com ela, "deleitava-se", precisava ser vigorosamente combatida, para que as crianças da América soubessem que a nação era de fato muito melhor do que os autores dos NHS pensavam (CHENEY, 1994, p. A26).[11]

Os motivos para o ataque de Cheney, outrora grande defensora das diretrizes, parecem estar vinculados à conjuntura política então mais imediata, para além de qualquer convicção pessoal mais profunda. Em 1992, com a eleição de Bill Clinton, democrata, à Presidência dos Estados Unidos, não só a "Revolução Conservadora" levada a cabo por Reagan e Bush ficou em suspenso, como forçou os republicanos a adotarem posições ainda mais conservadoras, no plano cultural e moral. Combinado a isso, estava a noção de que, para parte da liderança do *Grand Ol' Party* em sua sanha antiestatista, as agências federais de Artes e Humanidades e a Secretaria de Educação deveriam ser abolidas, pois representavam um indevido inchaço da máquina estatal. Com a manifestação pública de Cheney, que havia deixado à presidência da NEH após a vitória de Clinton, os republicanos obtiveram uma arma para estes dois objetivos mais amplos.

Alguns dias após a publicação do texto de Cheney, Rush Limbaugh, popular apresentador de televisão e de rádio conservador, dramaticamente rasgou as páginas dos NHS em seu programa televisivo, afirmando que a história norte-americana havia sido sequestrada por uma conspiração de "radicais da UCLA" e seu culto

à “correção política”. Segundo o histriônico Limbaugh, a melhor coisa a ser feita com tais diretrizes era simplesmente “dar descarga nelas”, de acordo com uma de suas expressões vulgares (SYMCOX, 2002, p. 128). A partir daí, e com a narrativa conservadora sobre os *Standards* já construída, a controvérsia tomaria não só as páginas de diversos jornais norte-americanos, mas também se faria presente na televisão e no rádio. É a partir dessas manifestações que pode ser inferido o tipo de história defendido pelos opositores dos NHS e seu âmbito político.

Nas primeiras semanas de novembro, o *The Washington Post,* o *The Washington Times* e, novamente, o *The Wall Street Journal* publicaram editorias e artigos de opinião sobre as diretrizes. No primeiro, o colunista Charles Krauthammer (1994, p. A25) ecoava as afirmações de Cheney e Limbaugh sobre o “sequestro” da história pela cadre acadêmica politicamente correta, com todo seu “*cheerleading* étnico” e seu “desprezo pelas realizações norte-americanas”. Para o articulista, os NHS não eram só ruins ideologicamente, já que sucumbiam à trindade determinista da “raça, gênero e classe”, mas também pedagogicamente, na medida em que “desprezavam” os fatos e as datas, outrora os pilares da história, em prol de meras “interpretações” sobre o passado. Essa história revisionista, portanto, almejava a construção de uma “contranarrativa” cujo interesse último era atacar as elites do país. Em um tom de alerta, Krauthammer (1994, p. A25) terminava seu texto com o aviso de que tudo isso “[...] iria se tornar a história oficial ensinada às crianças do país”.

O *The Washington Times*, jornal de explícita orientação conservadora, igualmente lamentava o formato final dos NHS, afirmando que eles não deixavam “[...] muita história a ser ensinada aos alunos”. Segundo Samuel Francis (1994, p. A21), autor do artigo, os antigos personagens do passado nacional eram apagados pelos “anões” da burocracia educacional em prol de uma narrativa que almejava a “doutrinação” dos estudantes sobre o que os “homens brancos maus” fizeram contra as “tribos de vítimas”, como as mulheres, os afro-americanos e os indígenas. Para o colunista, o que as “elites acadêmicas” e “educacionais”, que sempre desprezaram as “tradições norte-americanas e ocidentais”, fizeram com a “real” história do país trazia uma lição política clara: era necessário abolir completamente a

estrutura federal de educação, incluindo a Secretaria de Educação e suas agências, além de devolver tal tarefa aos "homens comuns" da nação.

Finalmente, ainda na mesma semana, o *The Wall Street Journal* trouxe diversas manifestações de leitores do jornal sobre as diretrizes, sob o provocador título *The History Thieves* ("Os Ladrões da História"). O tom, evidentemente, é similar às admoestações anteriormente citadas. Numa das missivas, Barlint Vazsonyi (1994), num dos ataques mais extremos aos NHS, assegurava que o que estava em jogo era nada menos do que a "amnésia nacional", desmemória essa estimulada pelos autores das diretrizes e suas "claras tendências totalitárias". Segundo o pianista húngaro, estes almejavam privar a:

> American consciousness of its solid foundations and remove forever the intractable impediments standing in the way of those who dream of a closed, regimented, controlled world. By divorcing the fruits of Western civilization and of Anglo-American pragmatism from their roots, from the personalities and events which brought them forth, there will be no more need for battlefield victories (VAZSONYI, 1994, p. A23).[12]

Compreensivelmente, aos olhos de Vazsonyi, a contenda em torno das diretrizes não era uma luta qualquer: era a luta pelo destino e pela "alma" da América.

Kim Weissman, outra missivista, fazia coro às diatribes de Vazsonyi e os demais, asseverando que os NHS nada mais eram do que uma "manobra cínica" para doutrinar as crianças com um "ódio pela América", roubar seus "direitos de nascença" à nação e ensiná-las a se sentirem culpadas por sua herança cultural. Indo ainda mais longe, Weissman (apud NASH et alli, 1997, p. 189) culpava os multiculturalistas pelas "tensões étnicas" e pela "violência" que assolavam os Estados Unidos daqueles anos, perguntando-se se aqueles que "odiavam" a América deveriam ensinar a história do país às suas crianças.

Dessa forma, o enredo dos conservadores era repetido à exaustão: os NHS eram uma história "ideológica" e "revisionista", em que as antigas e solenes verdades foram sequestradas pela "correção política" e pelo "multiculturalismo". Sob esse ângulo, a finalidade maior das

diretrizes era a "lavagem cerebral" dos estudantes do país e sua adoção inevitavelmente levaria a um sentimento antipatriótico por parte das crianças – o que, como a carta anteriormente citada deixa claro, seria um convite à violência étnica e à degradação moral da nação.

Um dos que mais contribuiu com este *plot* foi o colunista John Leo, da revista mensal *U. S. News and World Report* que desde os anos 1980 havia se destacado por suas acerbas críticas ao que ele chamava de "*establishment* politicamente correto" acadêmico dos Estados Unidos. Para Leo, que publicou uma série de colunas especificamente atacando os NHS, o tema do "sequestro" da história era recorrente. Segundo ele, os radicais da década de 1960 haviam se tornado professores e imposto sua visão de mundo "ideológica" ao resto da nação. Com isso, as diretrizes nada mais eram do que um reflexo deste amplo revisionismo levado a cabo pelos antigos agitadores marxistas "obcecados por opressão" da contracultura (LEO, 1994, p. 36). Esses "obcecados pela opressão" construíam, na visão de Leo (1994, p. 36; 1995, p. 23), uma narrativa que transformava toda a história norte-americana em uma mera sucessão de opressões dos "Outros" e que não fazia "nenhuma" menção à dedicação do "caráter nacional" à "liberdade" e à "igualdade" ou à "distinta" herança ocidental da América. Segundo ele:

> That is, in fact, the spine of the story told in the standards. The usual multicultural excesses are all here. White ethnics more or less disappear because of their blurred multicultural image (victims as immigrants, conventional white oppressors now). The Founding Fathers are sprinted past as rapidly as possible. And by the allocation of the text, America seems today to be about 65 percent Indian, with most of the rest of us black, female or oppressive (LEO, 1994, p. 36).[13]

Em que pesem as evidentes caricaturizações realizadas pelos críticos dos NHS em relação à Nova História Social e à História Cultural minimamente incorporadas às diretrizes, existe um âmbito extra-historiográfico em seus ataques. Se a história é uma disciplina magisterial, para citar Michel de Certeau (2002, p. 92) que implica um controle narrativo do presente e do futuro, de acordo com Sande

Cohen (2006, p. 1-20), parece evidente que definições alternativas sobre aquilo que os Estados Unidos foram, eram e deveriam ser provocam o sustento de posições políticas e de poder divergentes no presente.

Nesse sentido, há, aqui, uma exortação a determinados tipos de esquecimentos como uma das maneiras de se garantir a lealdade dos cidadãos à nação – aquele "disciplinamento da imaginação" que Hayden White (1987, p. 58-82) considerou essencial para a configuração de um conhecimento histórico conservador. Se, por exemplo, episódios como o massacre dos indígenas e a escravidão fossem "exagerados", para usar um termo de Leo (1994), então os Estados Unidos pareceriam menos o país devotado à "liberdade" e à "igualdade" e mais como outra potência imperialista qualquer, cujos alegados crimes seriam desprovido de um objetivo moral maior. Dessa forma, os NHS, traziam um "excesso" de história que, em seu âmago, ameaçava a autovisão dos Estados Unidos, como bem colocou Patricia Limerick (2001), como um país otimista, moralmente justo e destinado a servir como um modelo aos outros povos da Terra. Sob este ponto de vista, a história deveria servir como uma narrativa celebratória dos feitos dos grandes homens que construíram o país para que os laços com a nação não fossem ameaçados; a história dos Estados Unidos deveria, nas palavras de Chester Finn (apud SYMCOX), fomentar o "ideal democrático" e o "amor à pátria", não uma agenda que visava a "enfraquecê-lo" diante de seus inimigos. A premissa, aqui, ainda era alimentada por um modelo narrativo, cuja função prática, implícita ou explícita, era a de afirmar a unidade e a homogeneidade da nação, não muito diferente daquilo que Chris Lorenz (2010, p. 79) afirmou ser *o modus operandi* de boa parte da historiografia nos séculos XIX e XX.

A manutenção de uma determinada ideia de nação passava, portanto, pela supressão de supostas linhas divisórias internas, fossem elas de "classe", "gênero" ou "raça" – mesmo que esta "supressão" significasse, na prática, um apagamento da história de todos aqueles que colocassem desafios à ideia conservadora daquilo que os Estados Unidos deveriam ser. O resultado era uma narrativa que privilegiava os "grandes homens brancos mortos", condenando como "vitimização" qualquer problematização a este domínio – como os histriônicos alertas anteriormente analisados parecem deixar claro.

Se levarmos em consideração a afirmação de Michel de Certeau (2002, p. 18) de que qualquer poder precisa de uma legitimação que o torna crível, então temos, nas falas dos conservadores, uma clara tentativa de autorização, via história, de uma ideia de nação que expunge dela própria qualquer ameaça à sua unidade, integridade e, principalmente, perenidade histórica. Os ataques às "vitimizações" encontradas no NHS podem ser pensados como uma clara tentativa de deslegitimá-las como um mero apêndice de uma história que, de outro modo, era gloriosa e heróica.

Por outro lado, a demanda conservadora por um passado "fixo" e "inalterável" também pode ser uma reação a um presente que, aos olhos deles, tornava-se cada vez mais "incompreensível" ou, pelo menos, instável. O passado, assim, serve como uma espécie de espelho ao presente: se não se pode encontrar uma tão desejada instabilidade aqui e agora, então que se a busque numa espécie de "era de ouro", quando o heroísmo imperava, a nação progredia e a América não havia sucumbido aos supostos perigos do multiculturalismo, como havia ocorrido a partir dos "tenebrosos" anos 1960. Não era gratuita, portanto, a demonização da palavra "revisionismo" naquele contexto, compreendido como um ato de "sequestrar" a história de seus "verdadeiros donos" (por exemplo, o homem "comum" norte-americano: branco, anglo-saxão, heterossexual e de classe média). O "revisionismo", palavra tão carregada de sentidos negativos, só pode ser entendido, aqui, como algo pérfido e vil, uma tentativa de retirar das crianças da América aquilo que era "sua herança de nascença": um passado grandioso, estável e imutável (NASH et alli, 1997, p. 207).

Esta visão do passado norte-americano foi articulada com mais precisão pelo historiador John Patrick Diggins, um dos mais ferozes críticos acadêmicos dos NHS. Especialista em história política e intelectual dos Estados Unidos, com uma obra de inegável qualidade, Diggins, contudo, colocou-se, desde um primeiro momento contra as diretrizes. Segundo ele, elas estavam contaminadas por uma visão equivocada e prejudicial de história, resultante dos diversos erros da Nova História Social, em suas formas diversas. Em um artigo publicado no *New York Times*, Diggins (1994, p. A26) afirmava que o estudo de história não podia ser separado do estudo da vida de

grandes homens, pois tais personagens personificavam determinadas verdades históricas aparentemente imutáveis. No caso dos Estados Unidos, deixar de estudar tais líderes, como Lincoln, por exemplo, era, "[...] cultuar a democracia às expensas da dinâmica da liderança" e das figuras que, por suas ações, alteraram o curso da história (DIGGINS, 1994, p. A26). A "história vista de baixo" era, aos olhos de Diggins, um tipo de um populismo historiográfico que ameaçava a compreensão das verdades históricas que compunham a essência da nação. Sua desvalorização das conquistas norte-americanas, especialmente as políticas; sua valorização extrema do conflito; seu culto ao multiculturalismo e ao particularismo étnico; e sua apreciação trágica da história do país levavam, assim, à elevação daquilo que havia de pior na América, e, por consequência, à incapacidade de reconhecimento daquilo que havia de melhor nela (DIGGINS, 1998, p. 91)

Esta extrema valorização do passado aponta justamente para a lenta dissolução de uma determinada ideia de futuro, como colocou Harry Harootunian (2007, p. 471-494). Se antes as expectativas do presente eram retiradas do futuro, ou, ao menos, da possibilidade de um progresso constante ("mais democracia", "mais crescimento econômico", "menos desigualdade social" etc.), um presente agora em crise parecia demandar sua estabilidade de um passado que, por isso, não deveria ser posto à prova, ao menos aos olhos dos conservadores. John Higham (1998, p. 91), outro eminente historiador acadêmico crítico da Nova História Social e dos NHS, deixou isso perfeitamente claro em suas análises das diretrizes:

> The waning of a national orientation was encouraged by advancing specialization and by the extraordinary difficulty of weaving together the many narratives of a supposedly heterogeneous people. But America is more than a congeries of separate groups living under the control of a repressive power structure. It is a nation, held together by promises and possibilities glimpsed long ago, struggled for over many generations, and still capable of further development. The nation will have to be celebrated – as well as critiqued – before Americans can recover a sense of a common future together in a dangerously shrinking world.[14]

Diane Ravitch (1998, p. 91), uma das pedagogas mais respeitadas dos Estados Unidos, fazia eco às afirmações de Diggins e Higham:

> How will we develop a sense of an American people, an American community, unless we learn about the ideals, events, and individuals that were important in the shaping of our nation and that gave us our current standards of judgment? Certainly, students must learn about the injustices that have occurred in American history, but they must also learn how injustices were corrected.[15]

Infelizmente, para os organizadores dos NHS, foi esta visão que prevaleceu publicamente. De pouco adiantaram suas respostas aos críticos, especialmente após a controvérsia ter adquirido a amplitude que acabou obtendo. Gary Nash, que se tornou a figura pública mais identificada com a defesa das diretrizes, perambulou por diversos campi universitários, escolas públicas e privadas e programas de rádio e televisão, além de ter escrito uma série de artigos de jornal defendendo sua criação, mas suas colocações caíram em ouvidos moucos. Igualmente, também foram ineficazes os editoriais de diversas publicações importantes, como *o New York Times*, o *Los Angeles Times* e a revista *Time*, todos advogando em prol da adoção dos NHS, mesmo identificando neles alguns problemas. No contexto politicamente saturado das *culture wars*, e com a acachapante vitória republicana nas eleições legislativas de 1994, os NHS acabaram sendo identificados pelos setores conservadores com tudo aquilo que, na visão deles, estava errado com o país.

Após uma série de encontros entre os organizadores dos guias e seus críticos, em janeiro de 1995, em que um breve horizonte de conciliação pareceu possível, a contenda atingiu seu ápice com uma votação em que o Senado norte-americano, controlado pelos republicanos, aprovou uma simbólica moção de repúdio contra os NHS: dos cem representantes, 99 votaram pela condenação dos guias, com uma abstenção de um senador que exigia uma medida ainda mais dura contra as diretrizes. A votação foi realizada após um debate de três dias, iniciado por um discurso de Slade Gorton, senador próximo ao grupo político de Lynne Cheney, em que ele

repetia todas as diatribes primeiramente enunciadas por Cheney e Limbaugh. Para Gorton e seus colegas republicanos, não só os NHS deveriam ser ignorados pelas escolas como todo e qualquer financiamento público para projetos que "desonrassem" ou "difamassem" os Estados Unidos deveriam ser imediatamente proibidos (NASH, 1997, p. 232).[16] Mesmo que a moção de repúdio não tivesse nenhum poder legal para efetivamente barrar as escolhas das escolas em adotar os NHS, o estrago já estava feito.

Os defensores dos NHS, com razão, afirmaram que, com a votação, os senadores estavam impondo aos norte-americanos uma determinada visão "oficial" da história do país. Historiadores proeminentes como Eric Foner e Joyce Appleby escreveram inflamados artigos atacando os representantes, assim como a AHA e a OAH manifestaram-se publicamente contra o ataque ao livre-pensamento realizado pelo Senado do país. No entanto, como amargamente admitiu Gary Nash (1997, p. 240), eles pouco podiam fazer contra o poder midiático e político dos oponentes das diretrizes, especialmente após o futuro candidato republicano à Presidência, Bob Dole, ter peregrinado pela nação atacando o "lixo" representando pelos guias. A solução foi uma espécie de compromisso: uma nova comissão, composta por defensores e críticos dos NHS foi elaborada para a revisão dos guias.

A versão final, ainda que alvo de algumas censuras, acabou incorporando diversas das objeções anteriormente feitas pelos conservadores, sendo publicada em 1996. Até mesmo críticos mais acerbos como John Leo e Diane Ravitch agora admitiam que os reescritos NHS eram "substancialmente melhores" do que as versões antecedentes. As diretrizes para a história nacional agora traziam uma avaliação "mais positiva" das instituições e da atuação internacional dos Estados Unidos, assim como dava mais atenção à "distinta" herança ocidental. (NASH, 1997, p. 253). Já os novos guias de história mundial davam ainda mais ênfase ao Ocidente, delineando suas contribuições ao planeta na política, na ciência e na tecnologia, especialmente. Ainda que outras eras e partes do globo fossem contempladas, a segunda versão estava mais ao acordo daquilo exigido pelos conservadores durante a contenda.

Considerações finais

Renovados, os NHS foram encomendados por milhares de escolas por todo o país e, após textos laudatórios na imprensa, foram considerados um "avanço significativo" para a melhora do ensino de história no país. *Qual* história, e de *quem,* contudo, parecem bem claras. Nesse sentido, como coloca sobriamente Linda Symcox (2002, p. 164-165), com tantos compromissos e pressões, perdeu-se um momento realmente histórico de se reformar o ensino de história nos Estados Unidos. Ainda que não da maneira como pretendiam, os conservadores ganharam a contenda. As crianças norte-americanas continuariam, nas salas de aula ao menos, aprendendo que a nação da bandeira estrelada ainda era a heróica "terra dos livres" e o excepcional "lar dos bravos". A imaginação sobre presente e o futuro continuava, assim, devidamente controlada.

WHO OWNS THE AMERICAN PAST? THE NATIONAL HISTORY STANDARDS CONTROVERSY IN THE UNITED STATES (1993-1996)
Abstract: The present article deals with the public controversy regarding the National History Standards, a series of proposals that aimed to help in the reform of Basic Education in the United States, between 1994 and 1996. In the text, it is emphasized the answers of the conservative sectors to the proposed guidelines, especially what they considered to be "the hijacking of history" by the "multicultural", "politically correct" and "anti-western" hosts. With that, it is argued that these sectors sought to build a past that was stable and without conflicts as a counterpoint to a present that appeared to be more and more unstable and conflictive, thus assuring a very limited idea about who were the main characters of American history and what it should mean.
Keywords: United States. Culture wars. National History Standards.

Notas

[1] A década de 1990 foi prenhe em conflitos sobre o passado nos Estados Unidos, dos quais se destacam também a controvérsia sobre a exposição *The West as America*, ocorrida em 1991; os embates entre a chamada *New Western History* e seus opositores, na primeira metade daquele decênio; e, finalmente, a intensa

polêmica sobre uma planejada exposição sobre o fim da Segunda Guerra Mundial no Museu Nacional do Ar e do Espaço. Com o pano de fundo maior das *culture wars*, todos estes episódios foram extremamente reveladores sobre o papel atribuído ao passado por diversos segmentos da sociedade estadunidense. Sobre eles, (AVILA 2010; 2014).

[2] "Uma mal disfarçada tentativa de reconstituir a cultura norte-americana tradicional em uma sociedade que havia perdido seu prumo através dos excessos daquilo que eles chamavam de 'correção política'".

[3] É bom lembrar que, nos Estados Unidos, o termo "liberal" é utilizado para se referir às forças tradicionalmente associadas ao centro político ou aos elementos mais moderados da esquerda naquele país.

[4] "A questão de como e até que ponto os guias deveriam incluir a experiência históricas de minorias raciais, étnicas e religiosas, assim como das classes operárias".

[5] "A história de qualquer sociedade só pode ser entendida a partir do estudo de todas as suas partes constituintes. Enquanto uma nação, os Estados Unidos sempre foram tanto um quanto vários. Dessa maneira, os guias para a história norte-americana devem refletir a diversidade da nação, exemplificada pelas afiliações de raça, etnicidade, status social, gênero e religião".

[6] "Este relativismo nega aos estudantes a base moral e intelectual para a avaliação de ideias e ameaça erodir o apoio pelo nosso sistema democrático de governo. [...]. Um foco honesto, aberto e sensível em relação à democracia restauraria ao estudo de história a fundação e a direção ameaçadas de destruição por este relativismo modista".

[7] Similar aos guias sobre história nacional, as diretrizes para a história mundial traziam, para citar a crítica mais ampla de Vinay Lal (2002, p. 118-119), uma narrativa "aditiva" para a *world history*, com os diversos povos e culturas não ocidentais sendo adicionados a uma história que ainda mantinha o Ocidente como seu personagem principal, ainda que o problematizado em diversos momentos. Segundo Lal (2002, p. 119), isso gerava um "pluralismo ilusório" que não chegava a atacar *epistemologicamente* a ideia mesmo da possibilidade de uma *"world history"*.

[8] "Acredito que o projeto tenha dado pouca atenção à necessidade destes guias serem igualmente aceitos por legisladores, conselheiros escolares, líderes de negócio, pais e mães, eleitores e pagadores de impostos, prefeitos, editores de jornais e apresentadores de *talk shows*. [...]. Como eles serão aceitos pela Câmara de Comércio? Pela Legião Americana? Por colunistas e comentadores de todo o espectro?"

[9] "Há todo um escopo de vocabulário normativo, marxista e negativo que parece ser utilizado somente no contexto das sociedades ocidentais. A palavra 'etnocentrismo' é primeiramente usada em relação aos gregos; as primeiras menções de 'preconceito' em história tem a ver com Heródoto; 'subordinação das mulheres' primeiramente entra no quadro no contexto da Europa medieval; as condições

enfrentadas pelos escravos até que sejam notadas as condições da *Middle Passage*; 'exploração' primeiramente surge em relação ao tratamento dado pelos europeus aos indígenas".

[10] "Aqueles que estavam perseguindo uma agenda revisionista não mais se importaram em esconder seu grande ódio pela história tradicional. Diversos grupos políticos, como organizações afro-americanas e grupos nativo-americanos, também reclamaram daquilo que viam como omissões e distorções. Como resultado, diz o membro do conselho, 'ninguém ousou cortar a parte inclusiva', e o que ficou foi a história tradicional".

[11] Na verdade, como os autores do NHS deixaram claro, Cheney utilizou as sugestões de exercício e/ou os exemplos que ilustravam as diretrizes mais amplas como se fossem as próprias diretrizes. Tanto McCarthy quanto a Ku Klux Klan apareciam em possíveis atividades propostas aos estudantes para que analisassem algumas das tensões e contradições inerentes à sociedade norte-americana. Ambos não eram objetos específicos de estudo, assim como invariavelmente o nome de George Washington apareceria no tópico destinado à compreensão "das instituições e práticas de governo criadas na era revolucionária e fundadora do sistema político norte-americano", para citar um dos critérios (SYMCOX, 2002, p. 130). Do mesmo modo, alguma menção seria feita ao eminente general confederado Robert E. Lee quando do estudo da Guerra Civil e, como as diretrizes deixavam claro, "na avaliação da importância das lideranças militares, políticas e diplomáticas na condução e no resultado da guerra" (SYMCOX, 2002, p. 130).

[12] "A consciência norte-americana de suas sólidas fundações e remover para sempre os impedimentos intratáveis que se levantam no caminho daqueles que sonham com um mundo controlado, fechado e regimentado. Ao divorciar os frutos da civilização ocidental e do pragmatismo norte-americano de suas raízes, das personalidades e eventos que as fizeram surgir, não haverá mais necessidade de vitórias no campo de batalha".

[13] "Esta é, de fato, a espinha da história contada nos guias. Os usuais excessos multiculturais estão todos aqui. Os brancos étnicos mais ou menos desapareceram por causa de sua turvada imagem multicultural (vítimas como imigrantes, opressores brancos convencionais agora). Os Pais Fundadores são descartados o mais rápido possível. E pela alocação do texto, a América de hoje parece ser 65% indígena, com o resto sendo negro, mulher ou opressor".

[14] "O declínio da orientação nacional foi encorajado pela especialização e pela extraordinária dificuldade em entrelaçar as diversas narrativas de um grupo supostamente heterogêneo. Mas a América é mais do que um amontoado de grupos separados vivendo sob o controle de uma estrutura de poder repressiva. Ela é uma nação, mantida unida pelas promessas e possibilidades vislumbradas há muito tempo, lutadas por gerações e ainda capazes de mais desenvolvimentos. A

nação deve ser celebrada – assim como criticada – antes que os norte-americanos possam recuperar o sentido de um futuro comum em um mundo perigosamente cada vez menor".

[15] "Como desenvolveremos um senso de um povo norte-americano, uma comunidade norte-americana, ao menos que aprendamos sobre os ideiais, eventos e indivíduos que foram importantes no molde de nossa nação e que nos deram nossos padrões atuais de julgamento? Certamente, os estudantes devem aprender sobre as injustiças que ocorreram na história norte-americana, mas também devem aprender sobre como essas injustiças foram corrigidas".

[16] Uma das plataformas republicanas nas eleições de 1994 era o fim das agências nacionais de Humanidades e Artes, consideradas por eles como promotoras de "lixo moral" e de representarem o inchaço e a ineficiência do Estado.

Referências

AVILA, Arthur Lima de. *Território Contestado:* a reescrita da história do Oeste norte-americano (c. 1985- c. 1995). Tese (Doutorado em História), UFRGS. Porto Alegre, 2010.

______. A Plane, a Bomb, a Museum: the Enola Gay controversy at the National Museum of Air and Space (1993-1995). *Storia della Storiografia*. Roma: Fabrizio Serra, v. 65, n. 1, p. 15-28, 2004.

BENNETT, William J. *The De-Valuing of America:* the fight for our culture and our children. New York: Simon & Schuster, 1992.

BLOOM, Allan. *The Closing of the American Mind:* how higher education has failed democracy and impoverished the souls of today's students. New York: Simon & Schuster, 1987.

CERTEAU, Michel. *A Escrita da História.* 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

COHEN, Sande. *History out of Joint:* essays on the use and abuse of history. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2006.

CHENEY, Lynne. The End of History. *The Wall Street Journal.* New York: Dow Jones and Co., p. A26, October, 20th, 1994.

DIGGINS, John Patrick. History according to whom? Historical blindess. *The New York Times.* New York: New York Times Co., p. A26. November, 19th, 1994.

______. Teaching American History Roundtable. *The American Scholar.* Washington: Phi Kappa Beta Society. v. 67, n. 1, p. 91-101, 1998.

D'SOUZA, Dinesh. *Illiberal Education*: the politics of race and sex on the campus. New York: Free Press, 1991.

ENGELHARDT, Tom. *The End of Victory Culture:* Cold War America and the disillusioning of a generation. New York: Basic Books, 1995.

FRANCIS, Samuel. The NEH's rendezvous with history. *The Washington Times*. Washington: The Washington Times, p. A21. November 4th, 1994.

GIBSON, Rich. History on Trial in the Heart of Darkness. *Theory and Research in Social Education*. Binghamton: College and University Faculty Assembly of National Council for the Social Studies, v. 26, n. 4, p. 549-564. April 1998

HAROOTUNIAN, Harry. Remembering the Historical Present. *Critical Inquiry*. Chicago: The University of Chicago Press, v. 33, n. 3, p. 471-494. Spring 2007.

HIGHAM, John. Teaching American History Roundtable. *The American Scholar*. Washington: Phi Kappa Beta Society, v. 67, n. 1. p. 91-101. 1998.

HOFFER, Peter Charles. *Past Imperfect*: facts, fictions, fraud – American History from Bancroft and Parkman to Ambrose, Bellesiles, Ellis and Goldwin. New York: Public Affairs, 2004.

HUNTER, James Davison. *Culture Wars:* the struggle to define America. 2 ed. New York: BasicBooks, 1992.

KRAUTHAMMER, Charles. History hijacked. *The Washington Post*. Washington: The Washington Post, p. A25. November 4th, 1994.

LAL, Vinay. *Empire of Knowledge:* culture and plurality in the age of global economy. London: Pluto Press, 2002.

LEO, John. The hijacking of American history. *U. S. News and World Report*. Washington: U. S. News and World Report, v. 117, n. 19, p. 36. November 14th 1994.

______. History standards are bunk. *U. S. News and World Report*. Washington: U. S. News and World Report, v. 118, n. 5, p. 23. February 6th 1995.

LIMERICK, Patricia Nelson. Haunted America. In: *Something in the Soil:* legacies and reckonings in the New West. 2 ed. New York: W. W. Norton, 2001. p. 33-73.

LORENZ, Chris. Explorations between philosophy and history. *Historein*. Athens: Cultural and Intellectual History Society, v. 14, n. 1., p. 60-70, 2014.

______. Unstuck in Time. Or: the sudden presence of the past. In: TILMANS, Karin; VREE, Frank van; WINTER, Jay (Org.). *Performing the Past:* memory, history, and identity in Modern Europe. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010. p. 67-102.

NASH, Gary et alli. *History on Trial:* culture wars and the teaching of the past. 2. ed. New York: Vintage, 1997.

RAVITCH, Diane. Teaching American History Roundtable. *The American Scholar.* Washington: Phi Kappa Beta Society, v. 67, n. 1, p. 91-101, 1998.

SYMCOX, Linda. *Whose History?* The struggle for the National Standards in American classrooms. New York: Teachers College Press, 2002.

VAZSONYI, Barint. The History Thieves. *The Wall Street Journal.* New York: Dow Jones and Co., p. A23, November 8th, 1994.

WHITE, Hayden. *The Content of the Form:* historical discourse and narrative representation. 3. ed. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1987.

Organizador do Dossiê.